

A CRISE ECONOMICA MUNDIAL E A TEORIA MARXISTA SOBRE A CRISE

Nota 2 -Notas complementares sobre a crise econômica

*Na **NOTA 1 – A crise econômica mundial e a teoria do capital monopolista** observamos que a crise econômica expressa as contradições do sistema capitalista em sua dinâmica de funcionamento, isto é, no âmbito das formações econômico-sociais e de suas relações em nível mundial. Por isso a análise das crises é sempre particular, supõe o mercado mundial e certa divisão internacional do trabalho.*

As notas desenvolvidas a seguir têm por objetivo apresentar para o leitor questões mais gerais, abstraídas do processo histórico real, sem as quais o entendimento desse processo ficará obscurecido e indeterminado.

Examinamos as crises como expressão das relações sociais capitalistas, entendendo-as inicialmente no contexto da concepção materialista da história; analisamos os diferentes aspectos da sua origem e desenvolvimento como forma de solução da contradição fundamental do capitalismo; retomamos a questão dos monopólios em relação à dinâmica da acumulação de capital; do caráter da intervenção do Estado; e, por último, discutimos as crises em relação à lei da tendência decrescente da taxa de lucro.

Eduardo Stotz e Ivaldo Pontes

1. As leis do modo de produção capitalista

Na obra *Introdução à Economia Política*¹, depois de considerar a longa história precedente em que as formas coletivas e planejadas de organização da produção predominaram, Rosa Luxemburg apresenta uma reflexão cuidadosa de como emerge o capitalismo da produção artesanal urbana do final da Idade Média na Europa com o intuito de responder à questão crucial: *como é possível a economia capitalista?*

Esta é a questão fundamental da economia política enquanto ciência. Ora bem, a ciência dá-nos a esse respeito uma resposta suficiente. Ela mostra-nos que a economia capitalista é à primeira vista uma impossibilidade, um regime insolúvel, dada a ausência de qualquer organização consciente. (Luxemburg, 1977: 341)

Contudo, observa ela, o capitalismo constituiu-se numa ordem peculiar, historicamente diferente de todas as formas sociais anteriores. Numa sociedade baseada na relação impessoal entre proprietários privados dos meios de produção um conjunto de mecanismos de interdependência se impôs, sem a intervenção consciente da sociedade, para assegurar a produção social.² Rosa apresenta sucintamente esses mecanismos ou leis,

¹ Originalmente um conjunto de conferências proferidas na escola central do partido social-democrata alemão entre 1906 e 1907.

² Certamente o capitalismo não logrou tornar-se uma forma dominante de organização da produção em todo o planeta sem o concurso do Estado.

a saber: a troca de mercadorias e a economia monetária, a livre concorrência, a lei capitalista dos salários e o exército industrial de reserva, às quais acrescentou as variações de preço e as crises *que conduzem, quer diária quer periodicamente, a um equilíbrio entre a produção cega e caótica e as necessidades da sociedade* (Luxemburg, 1977: 342).

Atualmente qualquer tentativa de afirmar a atuação de leis econômicas ou sociais quase invariavelmente é alvo de certo escárnio. Num passado não muito distante, admitia-se a força das estruturas sobre a ação social. Mas desde a ofensiva capitalista sobre o movimento operário na Europa e a derrota do socialismo ao longo da década de 1980, tal pressuposto foi abandonado como sinônimo de "positivismo" por parte de certa intelectualidade. Obviamente o marxismo foi o principal alvo dessa ideologia. A acusação de "naturalização" do funcionamento desse modo de produção, para descartar a vigência de leis sociais, tornou-se parte do bordão comum do subjetivismo imperante no meio intelectual e político. Parafraseando o Prefácio à 1ª edição alemã de O Capital, datada de 1867, podemos dizer que a admissão da existência de "leis" no âmbito da sociedade organizada com base no modo de produção capitalista desperta as mesmas "fúrias do interesse privado" da época em que Marx escreveu a crítica da economia política burguesa.

Por isso mesmo convém dedicar alguns parágrafos a apresentar ao leitor a visão de Marx, corroborada por outros autores que se situam no mesmo campo.

De te fabula narratur.³ É a tua história que aqui se conta: com esta frase Marx anuncia, no prólogo à primeira edição de O Capital, a tendência geral do desenvolvimento histórico que arrastaria a Europa e o mundo pelo mesmo caminho iniciado pela Inglaterra, advertindo ao leitor alemão:

Não se trata aqui do grau de desenvolvimento, mais alto ou mais baixo, atingido pelos antagonismos sociais engendrados pelas leis naturais da produção capitalista. Trata-se das **próprias leis**, das próprias **tendências** que atuam e se impõe como uma necessidade férrea. O país industrialmente desenvolvido não faz mais do que indicar ao menos desenvolvido o quadro de seu próprio futuro. (Os grifos são do próprio autor)

Os níveis lógico e histórico da análise imbricam-se nesta projeção feita por Marx que, aliás, verificou-se acertada. Marx acrescenta considerações históricas sobre o que se passa na Inglaterra, nos demais países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Diante do fato de que o capitalismo já havia iniciado seu desenvolvimento nesta parte do mundo, o que se poderia esperar do ponto de vista social e político? Esse processo todo era o toque de combate que anunciava o levantamento da classe operária. Assim, as formas mais brutais, ou mais humanas, assumidas pelo capitalismo, em cada país, dependeriam das lutas de classes e, no que diz respeito à classe operária, do seu grau de desenvolvimento como classe alcançado em cada país. Então afirma que apesar da possibilidade de uma nação extrair as lições da história de outra e *chegado a descobrir a pista da lei natural que preside o seu movimento* não é possível *saltar nem suprimir por decreto as suas fases naturais de desenvolvimento; mas pode abreviar o período da gestação e tornar menos doloroso o parto.* (Marx, 1976: 9. Grifos do autor)

Para não restar qualquer dúvida a propósito da determinação vale ainda transcrever este trecho do parágrafo seguinte ao anteriormente citado, ao justificar o entendimento do capitalista e do latifundiário como personificações de categorias econômicas e portadores de determinados interesses de classe:

Meu ponto de vista, que enfoca o **desenvolvimento da formação econômica da sociedade** como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro fazer do indivíduo o responsável por relações das quais ele é socialmente a criatura, por mais que faça para se colocar acima delas. (Marx, 1976: 9. Grifos do autor)

³ *Quid rides? Mutato nomine de te/Fabula narratur* (De que ris? Mudado o nome, de ti a história fala) são versos do poeta romano Horácio (65-8 a. C.) em Sátiras (I,1, 69-70).

As "leis naturais da produção capitalista" são identificadas como "tendências" que atuam com férrea necessidade, ou seja, com o caráter de leis. O desenvolvimento da formação econômica da sociedade é abordado como um "processo histórico-natural".

Longe de naturalizar as relações sociais capitalistas, o que Marx pretendia era assinalar investigar **como essas relações passaram a funcionar com o caráter de leis, ou seja, como relações necessárias e regulares entre os fenômenos, à semelhança das leis da natureza**. Para adquirir o estatuto de cientificidade, aliás, uma lei científica no âmbito da sociedade somente poderia, naquela época, assumir a forma da lei postulada no âmbito da natureza.⁴ Mas os termos "tendência" e "histórico" advertem contra a tentativa de naturalizar essas relações, válidas apenas dentro dos limites de um modo de produção (uma estrutura ou um sistema como se diz nas ciências sociais) que surgiu, desenvolve-se e terá de desaparecer como todas as formas sociais anteriores fundadas no antagonismo entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção.

Por outro lado, se no estudo da economia capitalista o método teria de ser abstrato, evoluindo para determinações cada vez mais concretas na apreensão das relações essenciais, ele as entendeu como expressão de processos reais, discerníveis em formações econômico-sociais:

Na teoria se pressupõe que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem de maneira pura. Na realidade, porém, sempre existem apenas uma aproximação; tal aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido esteja o modo capitalista de produção e quanto mais se tenha eliminado sua contaminação e amálgama com restos de situações econômicas anteriores. (Marx apud Rosdolsky, 2001: 572)

Para Marx, não existem leis do desenvolvimento da sociedade abstratas. Cada época histórica tem suas próprias leis, o que remete à relação (complexa, interdependente) entre a vasta "superestrutura" da vida social com o modo de produção dominante. Todo o esforço de Marx está voltado para a compreensão da dinâmica do capitalismo, de suas contradições, das tendências e das contra – tendências, através das quais ele busca captar as possibilidades de sua superação. Na medida em que constituem expressão de um jogo de forças entre tendências e contra – tendências, as "leis naturais" da produção capitalista são leis históricas.

2. A origem e o desenvolvimento das crises

Vejamos agora a crise econômica no sistema capitalista como um fenômeno determinado pelas relações capitalistas de produção.

Não vamos aqui repetir a argumentação desenvolvida exaustivamente por Marx na primeira parte do volume I de O Capital acerca da *possibilidade* da crise. De um modo extremamente esquemático, podemos identificar alguns aspectos dessa análise extremamente complexa, dizendo que a forma mercadoria traz implícita o germe da crise econômica na medida em que, com a generalização do sistema de produção de mercadorias, estas interessam cada vez mais aos seus produtores como valores (de troca) do que valores de uso, ao mesmo tempo que a troca de mercadorias é superada em sua forma direta pela troca baseada no equivalente geral, o dinheiro.

Para a crise *se realizar* é necessária a generalização de uma mercadoria capaz de criar valor, a saber, a mercadoria força de trabalho, passível de ser comprada e vendida por

⁴ Na Introdução à Dialética da Natureza Engels escreve: "As modernas ciências naturais, as únicas que alcançaram um desenvolvimento científico, sistemático e completo..." (Engels, 1976: 153) Numa observação de passagem sobre as condições indispensáveis para que o trabalho possa criar valor, contida no Complemento ao Prólogo do volume III de O Capital, Engels escreve que estas condições atuam "à maneira das leis naturais" (El Capital, 2010, 1136).

um tempo determinado e consumida no processo de produção capitalista. Em outros termos, a realização da crise somente pode ser compreendida como consequência das contradições do processo de produção capitalista cuja base é a exploração de tempo de trabalho excedente ou mais-valia.

Façamos aqui breve parêntese⁵ para entender como a *realização* da crise está na dependência do processo de acumulação de capital.

Por acumulação de capital entendemos o ciclo do capital produtivo mediante o qual certo capital sob a forma dinheiro é usado para adquirir máquinas e matérias-primas e para contratar a força de trabalho capaz de transformar esse capital na forma produtiva – a ser materializada em mercadorias, cuja venda finalmente adicionará um valor maior ao capital investido. Nesse processo, cria-se tanto o novo valor ou mais-valia como o valor da força de trabalho, o salário.

Enquanto o contínuo aumento da taxa de lucro é o objetivo conscientemente perseguido pelo capitalista, a base para lograr tal intento é a exploração da força de trabalho. Esta exploração gera um valor superior à reprodução da força de trabalho, medida sob a forma de salário.

A mais-valia expressa uma relação de magnitude (massa) entre trabalho excedente e trabalho necessário ou uma proporção (taxa) entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário. A obsessão do capitalista é a sua fome por trabalho excedente, ele tem a compulsão para aumentá-lo independente dos limites biológicos, legais e morais da jornada de trabalho. As formas de alcançar esse objetivo consistem em aumentar o tempo de trabalho excedente mediante a intensificação do trabalho e a redução dos custos de reposição da força de trabalho, usando novas máquinas e matérias-primas ou reorganizando seu uso mais produtivo. O resultado é a produção cada vez maior de mercadorias com menos trabalho envolvido. Para lograr esse intuito, o capital precisa dispor de um exército abundante de trabalhadores à procura de emprego, da ausência ou da fragilidade da organização dos trabalhadores e de um Estado que funcione como garantia da ordem, tanto melhor se essa garantia se faça em nome do “crescimento econômico para o aumento da renda nacional”.

Assim, o valor constantemente criado no processo de produção capitalista pela força de trabalho (a mais-valia), é em parte acrescentado ao capital inicialmente investido, ou seja, acumulado, pois outra é deduzida como despesas que o capitalista tem de fazer em termos de juro, aluguel, impostos.

A finalidade perseguida pelo capitalista é aumentar a taxa de lucro retida para aumentar constantemente o capital, ou seja, para acumular. Vimos, contudo, que o lucro é uma proporção da mais-valia (mv) em relação ao capital total sob a forma de capital constante (c) e capital variável (v). Eis a fórmula de Marx:

$$L = \frac{MV}{C + V}$$

⁵ Para a compreensão do que se segue remetemos o leitor que queira se iniciar na compreensão da visão marxista da economia capitalista às aulas II e V do Curso Básico (CVM, 2009)

Capital constante é a denominação das máquinas, matérias-primas, e insumos (água, energia) consumidos no processo de produção capitalista. O valor desse capital, por ser uma criação de trabalho anterior, é transferido às mercadorias lentamente, ao longo de vários ciclos de acumulação. Por isso desempenha no processo de produção um papel constante. Apenas o trabalho vivo gera um valor novo. O trabalho vivo aparece no processo de produção como capital variável, pois faz o capital variar positivamente, aumentando-o.

Cada novo ciclo, porém, implica, em virtude da concorrência entre os capitalistas, a necessidade de baratear o custo de produção, objetivo alcançado com a contratação de menor ou igual, força de trabalho para operar novas máquinas e matérias-primas.

O desafio posto aos capitalistas como proprietários privados dos meios de produção consiste em, simultaneamente:

- a) aumentar a exploração da força de trabalho para gerar continuamente valor (mais-valia) e,
- b) em decorrência da competição entre si, obter uma taxa de lucro mais elevada mediante a diminuição relativa do valor da força de trabalho.

O resultado é o aumento do capital constante (máquinas, matérias primas) em relação ao capital variável (salários) que Marx denominou de aumento da composição orgânica do capital. Ou seja, o aumento dos meios de produção mobilizados pela mesma força de trabalho implica na diminuição da parcela do trabalho vivo contido em cada mercadoria e assim, numa redução da taxa de mais-valia. Isso impulsiona uma tendência à queda na taxa de lucro.

Para Mendonça (1990, 225) a crise econômica, ao destruir as forças produtivas do capital através da redução dos investimentos, depreciação do capital constante, redução de salários, aumento do grau de exploração da força de trabalho empregada e desemprego, baixa generalizada dos preços, etc., recoloca as condições de valorização do capital num momento subsequente para os capitais mais fortes e propicia novas oportunidades de investimento para o capital.

Em outros termos, a crise econômica é uma solução das contradições nas quais se encontra enredado o modo de produção capitalista, isto é, entre as relações sociais de produção e as forças produtivas.

3. A natureza das crises econômicas

É importante, neste ponto, chamar atenção para uma compreensão limitada da crise da qual partilhavam, há mais de século, os chamados "populistas russos", a saber, de que a crise era a manifestação de um desajuste entre produção e consumo e que ainda hoje tem repercussão na literatura econômica. Veremos, na argumentação de Lênin contra Sismondi na qual se apoiavam os populistas em sua defesa do mercado externo "como saída para a dificuldade" da realização da mais-valia, como se afirma a tese do materialismo histórico anteriormente enunciada. Eis o que escreve a respeito Lênin:

A concepção de Sismondi segundo a qual a acumulação (o desenvolvimento da produção em geral) é determinada pelo consumo, e o modo falso de explicar a realização do produto global da sociedade (reduzindo-o à participação dos operários e dos capitalistas na renda) ⁶ conduzem, natural e inevitavelmente à doutrina de que as crises obedecem à desproporção entre a produção e o consumo. [...] A análise científica da acumulação na sociedade capitalista e da realização do produto veio a minar todos os argumentos desta teoria, demonstrando que é precisamente nos períodos que precedem às crises quando aumenta o consumo dos

⁶ No capitalismo a realização do produto supõe a realização de seus componentes, a saber, o capital constante, o capital variável e a mais-valia, ou, do ponto de vista material, dos meios de produção e de consumo.

operários; que o consumo insuficiente (com o qual se pretende explicar a crise) existiu sob os mais diversos sistemas econômicos, enquanto a crise é característica de um sistema somente, do capitalismo. Esta teoria explica a crise por meio de outra contradição, a saber, a contradição entre o caráter social da produção (socializada pelo capitalismo) e o caráter privado, individual da apropriação. [...] As duas teorias das crises de que falamos contém explicações totalmente distintas. A primeira teoria procura explicá-las partindo da contradição existente entre a produção e o consumo da classe operária; a segunda baseia-se na contradição existente entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. A primeira encontra, pois, as raízes do fenômeno fora da produção (...); a segunda busca essas raízes precisamente nas condições de produção. (Lênin, 1897)

O entendimento da crise como um fenômeno decorrente das relações capitalistas de produção nos leva a situá-la como superprodução de capital.⁷ A superprodução, como assinala Lênin, é a característica do capitalismo, enquanto o subconsumo caracteriza as formas sociais anteriores.

A crise decorre de uma contradição fundamental ao sistema capitalista: o desenvolvimento do capitalismo mediante a mercantilização geral de todas as atividades produtivas – de tal modo que máquinas, produtos acabados, semi-acabados ou matérias-primas, de edificações, etc., são compradas e vendidas entre os capitalistas – cria uma interdependência crescente (que Marx denominou de socialização da produção), processo ampliado pelo comércio e pelo crédito. Mas essa complexidade da produção cada vez mais socializada entra em contradição com a apropriação privada dos meios de produção que orienta o capitalista a buscar a maximização do lucro de seu investimento. Como assinala Mendonça (1990: 167) a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada dos meios de produção manifesta-se, na dinâmica da economia capitalista por meio da contradição entre produção e consumo e da anarquia da produção, originando um processo cumulativo de tensões que se resolve nas crises econômicas.

A teoria marxista explica a crise como uma decorrência da anarquia da produção, ainda que inclua, de modo subordinado a esta, a contradição entre produção e consumo porque o consumo produtivo supõe finalmente que os bens de produção servirão para produzir bens de consumo que terão de ser realizados ou consumidos.

Uma compreensão das crises ficaria incompleta se não incorporasse o papel do crédito.⁸

No modo de produção capitalista, afirma Rosdolsky⁹ em seu estudo sobre os Esboços (*Grundrisse*) de O Capital,

... qualquer soma de dinheiro suscetível de ser investida como capital é um 'mando sobre trabalho alheio'. Sendo fonte potencial de lucro, pode ser emprestada em troca de um juro. A existência desse tipo de capital de empréstimo, de forma regular e em quantidades suficientes, depende do processo de circulação do capital, no qual se liberam periodicamente quantias de dinheiro de que a empresa tem condições de prescindir, colocadas à disposição de outros capitalistas com a mediação do crédito. (Rosdolsky, 2001, 327)

O papel do crédito precisa ser apreciado na lógica da acumulação de capital como unidade do tempo de produção e de circulação, pois as mercadorias, além de serem produzidas, precisam ser vendidas para, nesse processo, viabilizar a distribuição da mais-

⁷ Embora implique superprodução de mercadorias, a superprodução de capital é sempre **excesso de meios de produção** (meios de trabalho e de subsistência, diz Marx, ou, grosso modo, bens de produção e bens de consumo) **que funcionam como capital**, isto é, que possam ser utilizados para explorar força de trabalho nas condições vigentes (Marx, 2010).

⁸ A importância do crédito para o funcionamento da economia capitalista deve ser ressaltada também à luz da crise financeira dos EUA no período 2007-2008 e por causa da relevância do 'capital fictício' e da especulação na teorização acerca da atual fase da acumulação de capital no mundo (François Chesnais).

⁹ Para uma biografia do autor ver o artigo "Roman Rosdolsky (1898-1967): um intelectual em tempos de extremos" disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512007000200004&script=sci_arttext

valia (taxa de lucro, de juro, renda da terra, impostos, etc.)¹⁰. Funciona como um instrumento poderoso para o capital enfrentar os obstáculos impostos nesse processo.

Acelerar o tempo de circulação, contribuir para baixar os “custos de circulação” do capital é uma de suas funções. Em contraposição a esta função de reduzir o tempo de circulação para transformá-lo na medida do tempo de produção, a outra consiste em superar as “limitadas dimensões do consumo numa sociedade capitalista”, permitindo ampliar o potencial de compra para além das limitações da estrutura de renda vigente. Isso significa “manter separados por mais tempo os atos de compra e venda”, a par da redução do tempo de circulação. Finalmente cabe registrar como, na fase expansiva da economia capitalista, o crédito permite o uso especulativo do dinheiro, como assinalado na citação de Marx acima transcrita.

O crédito e todas as formas desenvolvidas pelo capital financeiro principalmente no começo do presente século, a exemplo dos fundos constituídos para sustentar outros fundos – sociedades cujos ativos são constituídos de títulos de dívidas públicas ou privadas – apenas antecipam um valor ainda não criado. Visto sob esse ângulo, a massa de capital sob a forma financeira pressiona pelo aumento da mais-valia, mas faz isso de modo indiferente ao ciclo do capital produtivo. O aumento desmesurado do capital total sob a forma financeira que disputa a própria valorização é desproporcional em relação à parcela da mais-valia gerada na produção capitalista. É por isso que a crise financeira nada mais é do que a crise do capital.

Em síntese, o crédito impulsiona a acumulação de capital para além de seus obstáculos ou limites, contribuindo, porém, para deflagrar crises num prazo mais longo do que cada fase ou ciclo da acumulação do capital, tornando-se assim a alavanca da superprodução.

4. Sobre os efeitos do monopólio na acumulação de capital e as crises

Marx ainda viveu para assistir ao surgimento da grande empresa como consequência da concentração do capital sob a forma de sociedade por ações, no ramo da construção de estradas de ferro. A grande empresa monopolista ainda era uma exceção na Inglaterra, a “fábrica do mundo” da época dele, onde predominava um grande número de pequenas empresas concorrendo entre si violentamente sob a forma de companhias limitadas. Mas anteviu, na expropriação de muitos capitalistas por alguns (monopólios) a possibilidade da superação do modo de produção capitalista. Como observou Engels em textos destinados à divulgação de *O Capital*, o gigantesco impulso das forças produtivas sob as relações sociais capitalistas tornava possível o *desenvolvimento igual e humanamente digno de todos os membros da sociedade* (Engels, 1976: 31). Mas, ao usurpar as vantagens desse processo no interesse de uma classe monopolista, deixava claro que a burguesia já havia cumprido a sua missão histórica (Engels, 1976: 209).

Desde o final do século XIX, no contexto da Longa Depressão (1876-1893), o sistema passou por grande desenvolvimento nas forças produtivas que, por sua vez, foram socializadas de modo nunca visto anteriormente. A máquina a vapor foi relegada para o museu da tecnologia e as transformações baseadas na eletricidade e no refino do petróleo permitiram incrementos de produtividade gigantescos. Tais avanços somente foram possíveis porque a concorrência durante a depressão acentuou a concentração e a centralização dos capitais num patamar extremamente elevado, ao ponto de viabilizar investimentos de grande montante de capital. Os bancos também atravessaram esse novo

¹⁰ Ver a citação de Engels nesse respeito na **NOTA 1 – A crise econômica mundial e a teoria do capital monopolista**, p. 9.

processo, superando o papel de simples emprestadores para intervir na formação e desenvolvimento das grandes empresas, inclusive como acionistas. Nascia o capital financeiro, com seus magnatas e oligarcas. Nesse período a Inglaterra deixa de ser o centro industrial do mundo, com a entrada de novos países industrializados (EUA, Alemanha, Japão) que passaram a disputar a hegemonia britânica no mercado mundial. Mas as rivalidades abriram caminho para este objetivo de conquista de mercados por meio das guerras.

Tais mudanças não fizeram desaparecer a concorrência, inclusive porque subsistiu um setor não-monopolista bastante extenso nas economias nacionais. O que mudou foi, em primeiro lugar, a forma de ação da concorrência, tendendo ao estabelecimento de acordos entre as empresas monopolistas (cartel, sindicato, truste, sociedades-holding) durante as fases de crescimento econômico, acordos rompidos por "guerras de preços" nas fases de crise, seja dentro de um país, seja no nível internacional (Mandel, 1977). Em segundo lugar, a monopolização atua no sentido de conter o progresso técnico e conduzir à diminuição do ritmo do crescimento do Departamento I da economia. Atua como contratendência à queda da taxa de lucro às custas de uma acumulação de capital mais lenta.

Os principais efeitos da monopolização da economia capitalista sobre as crises foram sumarizados num artigo de Ribeiro e Mendonça (1986) que reportamos ao leitor.

Mais importante é entender as conseqüências da monopolização do ponto de vista da dinâmica global do modo de produção capitalista. O processo de concentração e centralização de capital em escala mundial produziu uma agudização da contradição fundamental entre a socialização da produção e a apropriação privada dos meios de produção. Contudo esse processo resultou numa **atenuação das formas de expressão desta contradição, isto é, a anarquia da produção e a contradição entre produção e consumo. Assim, recessões tenderam a substituir as crises e a redução da produção, as falências.**

Sem a ação do Estado tal processo não teria logrado êxito. O Estado, além do tradicional papel de regulador da oferta centralizada da moeda e do crédito, e de controle da força de trabalho (Brunhoff, 1977), entrou na dinâmica de acumulação de capital por meio da política econômica (compras governamentais, salário indireto) e do investimento direto em áreas de baixa lucratividade, mas de importância para a reprodução ampliada do capital.

Entender o papel da intervenção do Estado e seu caráter anti-cíclico do pós guerra, exige rever às mudanças profundas ocorridas na economia capitalista a partir da crise cíclica dos anos 30. A rigor, a primeira crise da fase imperialista, da fase superior do capitalismo, segundo expressão cunhada por Lênin. De acordo com Mendonça (1990):

...é o momento em que se manifesta de forma clara e violenta a crise das relações de produção capitalistas, ameaçando a reprodução do próprio sistema. Expressão disto é o fato dela se desenrolar num contexto de agudização das lutas sociais e políticas, à escala internacional, sob o impacto ainda da revolução de 1917.

É neste contexto de intensa luta de classes e, ao mesmo tempo, de aguda luta entre os estados imperialistas que as economias são compelidas a se preparem para a guerra. Estavam criadas as condições objetivas para uma necessária ação articulada do Estado.

Agora, diante da guerra e principalmente da crise, torna-se imprescindível a intervenção do Estado, para assegurar a contenção das formas de manifestação da contradição produção-consumo e da anarquia de produção. Esta é, em essência, a natureza da nascente política econômica dos Estados capitalistas.

No pós-guerra, a política de contenção das contradições capitalistas agiu principalmente, para sustentar a procura, a demanda efetiva, com a extensão das formas indiretas de salário, certa generalização das pensões, os subsídios ao desemprego, a contratação coletiva, etc. Por outro lado, o aumento dos investimentos públicos, as

facilidades de crédito, a garantia do sistema bancário asseguraram níveis elevados de investimentos. A reconstrução da Europa e do Japão, além do novo papel de grande consumidor do Estado, inclusive com elevados gastos armamentistas compõe o quadro do novo papel do Estado, que emerge das contradições do capitalismo e da luta de classes.

É possível afirmar, portanto, que a crise de 1929 marca uma transformação qualitativa do papel do Estado na economia capitalista, com um conjunto articulado de medidas tendo como objetivo a regulação do conjunto da atividade econômica. Esta transformação não é resultado de uma escolha, mas sim de uma necessidade objetiva. Trata-se de uma ação de contenção das contradições do capitalismo, para evitar que atinjam níveis que ponham em risco a sobrevivência do capitalismo.

Em síntese: a diminuição da intensidade das crises reduziu o impacto das crises como mecanismo corretor do sistema capitalista, ao impedir a destruição de forças produtivas numa escala necessária para a vigorosa retomada do desenvolvimento. Daí a tendência ao crescimento lento, à "estagnação".

5. O problema da lei da tendência decrescente da taxa de lucro

Resta-nos examinar o problema da tendência decrescente da taxa de lucro, considerada por Marx um enigma da economia política clássica que ele se propôs a decifrar. Ele considerou-a "a lei mais importante da moderna economia política... Do ponto de vista histórico, é a lei mais importante" (El Capital, 2010, 272).

Vale citar a formulação da lei nas palavras de Marx:

Em poucas palavras, a lei da taxa decrescente de lucro, na qual se expressa a mesma taxa geral ou até mesmo uma taxa crescente de mais-valia diz: tomando uma quantidade qualquer do capital social médio, por exemplo, um capital de 100, uma parte cada vez maior dele é formada por meios de trabalho, e uma parte cada vez menor é formada por trabalho vivo. A quantidade global do trabalho vivo, agregado aos meios de produção, diminui em relação ao valor desses meios de produção. Logo, também diminui o trabalho não pago e a parcela do valor na qual ele se expressa, em relação ao valor do capital global adiantado. Dito de outra maneira: uma parte alíquota cada vez menor do capital global desembolsado se transforma em trabalho vivo. Por isso, esse capital global absorve cada vez menos mais-trabalho como proporção de sua magnitude, mesmo que cresça a proporção entre a parte não paga e a parte paga do trabalho empregado. (Marx, Teorias da mais-valia, apud Rosdolsky, 2001, 335)

A observação feita por Marx de que a maior dificuldade não é explicar a queda na taxa de lucro e sim os motivos desta queda não ser maior ou mais rápida re-introduz a questão do significado das leis econômicas como leis históricas apontado nas páginas 2 a 4 do presente texto. O paradoxo de uma lei se apresentar sob a forma de tendência reside no fato de que

... influências que interferem na ação da lei geral e a inibem, dando-lhe somente o caráter de tendência, razão pela qual caracterizamos a queda da taxa geral de lucro de queda tendencial. (El Capital, III, 2010, 297)

Aponta, a seguir, essas influências ou contra-tendências, a saber: a elevação do grau de exploração do trabalho, a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho, o barateamento do capital constante, a superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) e o comércio exterior. Na dinâmica contraditória da acumulação de capital a tendência acaba por se impor no longo prazo, conferindo-lhe o caráter de lei. As contra-tendências, conclui Marx, dificultam a ação da lei da queda da taxa de lucro, provocando a lentidão e a diminuição dessa queda. Não anulam, inibem. (Marx, El Capital, 2010, 305)

Como vimos na **NOTA 1 – A crise econômica mundial e a teoria do capital monopolista**, a lei da tendência da queda da taxa de lucro é um tema controverso no âmbito do marxismo.¹¹ Enquanto Baran e Sweezy postularam a superação da lei da tendência decrescente da taxa de lucro pela lei do excedente crescente, António Mendonça, ao fazer a defesa da atualidade da lei formulada por Marx, assume uma interpretação própria. De acordo com Mendonça a lei atua, por meio da contraposição entre a tendência e as contra-tendências, no desencadeamento do fenômeno das crises. Para ele, não se trata de uma tendência de longo prazo, mas de um processo que desenvolve a contradição fundamental do capitalismo. Em outros termos, a prevalência da tendência à queda taxa de lucro empiricamente observável pela redução do investimento, emprego, estoque de mercadorias, etc. é a manifestação concreta da própria crise (Mendonça, 1990: 225).

O entendimento de Marx, de acordo com Rosdolsky, era diferente. Nos Grundrisse a crise, também manifesta na desvalorização do capital, é apresentada como um dos fatores que retardam a queda da taxa de lucro.

Se a crise atua como contra-tendência à queda na taxa de lucro não pode, obviamente, se confundir com esta lei, embora o esgotamento das contra-tendências certamente acentua as contradições que desembocam na crise.

É o próprio Marx quem enfatiza a atuação da lei no longo prazo:

É dessa forma que a lei opera enquanto tendência, cujos efeitos somente se manifestam de modo contundente sob determinadas circunstâncias e no curso de períodos prolongados. (Marx, El Capital, 2010, 305-6)

De fato, um entendimento do caráter histórico dessa lei poderia encontrar fundamentação num estudo do crescimento acelerado do capitalismo após a II Guerra Mundial na Europa, Japão e EUA e parte da América Latina. Ao que tudo indica, as contra-tendências à queda da taxa de lucro se afirmaram ao longo dos anos 1945-1974, convergindo para sustentar o nível de emprego e garantir algumas medidas de bem-estar social no hemisfério norte, fruto das conquistas da classe operária no desfecho da guerra e da constituição de um sistema socialista sob a liderança da URSS.

No caso da América Latina isso significa falar principalmente da Argentina e do Brasil. A tendência para o aumento da composição orgânica que se impõe, com mais ou menos força, no conjunto da economia mundial, leva os capitalistas a busca de condições para compensá-la mediante o aumento da taxa de mais-valia; a exportação de capital para os países onde a possibilidade de exploração da força de trabalho em condições de produtividade mais baixa é uma solução do problema da queda da taxa de lucro.¹²

Quando se examina a importância da monopolização para a atuação da lei, pode-se concluir que esse processo atua nos dois sentidos, de acentuar a queda e de restabelecê-la. No primeiro sentido: a monopolização, ao resultar da concentração de capital, aumenta a composição orgânica do capital e, logo, a proporção de mais-valia em relação ao capital total. No segundo sentido, na medida em que os monopólios se impõem, a manutenção da taxa de lucro mais elevada do que o conjunto da economia capitalista pode ser obtida à custa da contenção do progresso técnico e de uma acumulação de capital mais lenta. Isso conduz à diminuição do ritmo do crescimento do Departamento I da economia e, portanto, atua como contra-tendência à queda da taxa de lucro. Somente uma análise do ciclo econômico permite afirmar qual a importância desempenhada pelo monopólio para a queda ou sustentação da taxa de lucro, no qual a disponibilidade de

¹¹ Rosdolsky dedica um apêndice ao capítulo de apresentação da lei para discutir as críticas de Joan Robinson e Paul Sweezy. Para uma interpretação do crescimento econômico e do processo de acumulação de capital na China com base na lei da tendência decrescente da taxa de lucro, vale acessar o trabalho "Los límites Del crecimiento chino", disponível em Herramienta web 4, febrero 2010 <http://www.herramienta.com.ar/autores/gaulard-mylene>

¹² Marx observa que o envio de capital ao exterior não decorre da impossibilidade de usá-lo no mercado interno deste ou daquele país, e sim porque no exterior pode ser usado com uma taxa de lucro mais elevada (Marx, El Capital, 2010, 329).

força de trabalho ou a chamada superpopulação relativa de trabalhadores para o capital é um fator decisivo.

De fato, a elevação do grau de exploração da força de trabalho e, portanto, da mais-valia, é sempre a medida fundamental contra a tendência da queda da taxa de lucro. O impulso de produzir mais-valia em escala ampliada é uma lei para a produção capitalista, afirma Marx (El Capital, 2010, 314).

Por isso, ao lembrar a contribuição de Marx como homem de ciência, entendida como uma força histórica motriz, revolucionária, Engels disse que, ao lado da concepção materialista da história,

Marx descobriu também **a lei específica que move o atual modo de produção capitalista** e a sociedade burguesa criada por ele. **A descoberta mais-valia** iluminou de súbito esses problemas, enquanto todas as pesquisas anteriores, tanto a dos economistas burgueses como a dos críticos socialistas, haviam vagado nas trevas.

Rio de Janeiro, setembro de 2010.

Bibliografia

BRUNHOFF, Suzanne de. Estado e capital: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CVM – Centro de Estudos Victor Meyer. Curso Básico. Salvador: CVM, 2009.

ENGELS. Introdução à Dialética da natureza. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Textos 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976

_____. O Capital de Marx. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Textos 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976

_____. Karl Marx. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Textos 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976

_____. Discurso diante da sepultura de Marx. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Textos 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976

LENIN, Vladimir Ilich, Contribución a la caracterización del romanticismo econômico, 1975. In: Karl Marx. El Capital, Volume II. Apêndice: Escritos de Lênin, extraído de Obras Completas, Volume II (1895-97). Moscou, Editorial Progreso.

LUXEMBURG, Rosa. Introdução à Economia Política. São Paulo: Livraia Martins Fontes, 1977.

MANDEL, Ernst. Introducción al marxismo. Revolta Global, 1977. Disponível em <http://www.ernestmandel.org/es/escritos/pdf/Introduccionalmarxismo.pdf>

MARX, Karl. Prefácio à primeira edição alemã do primeiro tomo de O Capital. In: Marx e Engels. Textos 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

_____. Tendência histórica da acumulação capitalista. Excerto ao capítulo XXIV do tomo I de O Capital. In: Marx e Engels. Textos 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

_____. El Capital. Crítica de La Economía Política. Siglo XXI Editores, 2010. Tomo III. Disponível em <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/capital3/>

MENDONÇA, António. A crise econômica e a sua forma contemporânea. Lisboa: Editorial Caminho, 1990. 450 p.

RIBEIRO, Nelson e MENDONÇA, António. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. Revista de Economia Política, vol. 6. no. 4: 50-70, out-dez 1986.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.